

Representação gradual

As coisas prosseguem dentro das previsões políticas, por mais apreensões cause a saúde do presidente Tancredo Neves. Continua sua marcha o que já estava em andamento, em termos de reformas partidária e eleitoral, dentre estas a representação que o Distrito Federal vai adquirir em breve.

Há muito que se firmava a tese quanto à necessidade de deputados e senadores, porém ainda não de governador, em Brasília. O tempo amadurecerá a experiência. A árvore só se conhece por seus frutos.

Claro que a capital federal pode tornar-se também um laboratório político, tanto como já o é administrativamente. Mas em seguida à consolidação dos seus parâmetros próprios.

O que se fará com a representação das cidades-satélites?

Se o Distrito Federal tem governador e alguns pretendem uma Assembleia Legislativa, então aquelas deveriam contar com Câmaras de Vereadores? De que modo ficará a atipicidade dos conselhos das comunidades periféricas? Haverá necessidade de lei diferente para elas?

Tudo isso necessita muita reflexão.

Simultaneamente o eleitorado irá chegando às suas conclusões. Ao comparecer a eleições de de-

putados federais e senadores.

Vários presidentes da República se queixavam de ter de administrar a capital, ao mesmo tempo que se tinham de dedicar ao País em geral. A antiga Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro dava tanto trabalho e tantas dores de cabeça aos presidentes quanto o Congresso Nacional.

Depois ficou até pior.

Tornou-se autônoma a Guanabara e, ainda por cima, o novo estado em mãos da Oposição. A confusão aumentou. O choque encaminhava-se em três direções, com as lideranças da Guanabara em conflito também com as estaduais do Rio de Janeiro propriamente dito.

Já se disse que quem não é capaz de aprender com os erros do passado, está condenado a repeti-los. Não se vá fazer tudo isso de novo. Uma das maiores vantagens de governador nomeado, embora com aprovação do Senado, consiste mesmo no entrosamento, na sintonia dos interesses. Um governador oposicionista, aqui, terá maiores dificuldades que qualquer outro. Os partidos continuam, e prosseguirão por longos anos, ainda heterogêneos e frágeis. Uma dissidência, dentro de outra, se ocorrer no Distrito Federal, acarretará consequências graves.

Também é claro que a representação passa a ser exigida

quando desaparece, na prática, o princípio originário de "no taxation, no representation". Sua fonte, Washington D.C., capital dos Estados Unidos, passou a votar na medida em que iam desaparecendo suas franquias tributárias. Quanto a Brasília, estas nunca existiram. Portanto, aqui bem que tardou a representação eleitoral.

Eis agora se corrigindo a distorção. Desde que não se vá ao extremo oposto.

O eleitorado brasileiro, nato e adotivo, vai ver de perto como se comportarão seus legisladores. Terá tempo para ir depurando-os. Surgirão as lideranças naturais, em indivíduos e partidos. O nível intelectual do eleitor brasileiro médio dá margem a esperanças. Os conselhos administrativos das cidades-satélites confirmam as expectativas. Ali ocorre muito maior seriedade e objetividade nos debates e resoluções que na maioria de Câmaras de Vereadores.

Outro dado fundamental: o brasileiro médio é jovem. Aqui prossegue, mais intenso, o fluxo para dentro e para fora da cidade, com sua consequente renovação de pessoas e idéias. Tudo concorrendo para grandes incentivos a um laboratório político da mesma importância que o administrativo. Para benefício social de todos.